

# Indígenas esperam que biodiversidade garanta liberdade

A biodiversidade é um tema que vem ganhando espaço nas discussões internacionais. Foi o que revelou ontem o ex-coordenador das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Sebastião Manchinery. Ele participou ontem do seminário "Biodiversidade e Direitos Indígenas: bioprospecção e conhecimentos tradicionais", organizado pela Coiab no auditório do Centro de Treinamento Padre José Anchieta.

"Vamos levar tempo para saber como garantir os conhecimentos tradicionais. Os atuais mecanismos são insuficientes para resguardar esses direitos", disse Sebastião. Segundo ele, a discussão do tema é de fundamental importância porque a Amazônia detém a maioria da biodiversidade do planeta. "Os conhecimentos tradicionais devem também assegurar o direito do povo indígena de ser livre e usufruir de forma sustentável das riquezas naturais".

Sebastião ressaltou que os povos indígenas ainda não têm consciência sobre a importância da preservação dos conhecimentos tradicionais. "A participação só começou a partir de 1996, quando surgiram alguns problemas como a patente da unha de gato e do aiahuasca". Ele disse que pesquisadores estrangeiros vêm à Amazônia em busca do

conhecimento indígena e recebem as informações dos índios.

"Os povos indígenas repassam as informações sem saber das conseqüências", ressaltou Sebastião. Ele revelou que a participação indígena deve ser mais organizada inclusive na definição das políticas contra a biopirataria. "As políticas devem prever a garantia de que a biodiversidade é patrimônio dos povos indígenas e da manutenção de um equilíbrio com a comunidade científica".

Segundo Sebastião, os povos indígenas precisam definir o que querem alcançar. "Mas para é preciso ter cautela. Nas reuniões internacionais, todos querem saber sobre o conhecimento tradicional de cada povo. E uma simples informação pode gerar uma atitude da comunidade científica". Ele aconselhou também um cuidado com os termos conceituais.

"Na definição das políticas, é aconselhável usar o termo território porque compreende uma área maior, e povos indígenas porque também abrange várias tribos", disse Sebastião. Ele ressaltou que há ainda uma discussão sobre os conhecimentos sagrados, que não podem ser comercializados porque ferem a tradição. "Cada povo precisa definir quais os conhecimentos podem ser compartilhados com a comunidade científica para comercialização".



Sebastião Manchinery: conhecimento deve garantir ao índio direito de usufruir riquezas

## Biodiversidade (terminologia e dados)

**Biodiversidade** - muitas vezes usado também pelo termo "diversidade biológica", que descreve a quantidade e a diversidade dos organismos vivos que existem no nosso planeta. Podemos dizer que biodiversidade é a mesma coisa que dizer "a vida no mundo em que vivemos".

**Recursos genéticos** - é a expressão usada para falar do valor econômico que é encontrado nos genes de plantas, animais e outros seres vivos.

**Direitos de propriedade intelectual** - são direitos de conhecimento

acumulado por pessoas, seja índio ou não. No que diz respeito aos conhecimentos indígenas, se fala de "conhecimento tradicional" especialmente sobre conhecimentos de produtos e processos biológicos. Estão incluídos: **Direitos de autor** - que permite registrar todos os trabalhos escritos (livros) ou não, como dança, música, mitos e lendas, mas não idéias. A atual lei autoral, não reconhece trabalhos coletivos, da maneira que o Esta-

tuto das Sociedades Indígenas quer tratar. A lei somente reconhece trabalhos individuais.

**Direitos de patentes/indústria/desenhos** - permite que registre e se patenteie invenções que vão ser colocados no mercado para venda. Uma vez comprovada o uso ninguém mais pode fabricar, desenhar ou mesmo registrar outro igual.

Fonte: Coordenadoria de Cultura Indígena do Ministério da Cultura

Euzivaldo Queiroz

## Conhecimento tradicional mantido

Para o pesquisador da Universidade do Amazonas e do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biotecnologia da Amazônia (Probem), Spartaco Astolfi Filho, a construção do centro de biotecnologia no Amazonas será uma das formas de manutenção dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas. "Também é uma oportunidade de interação entre os povos indígenas e a comunidade científica".

Spartaco disse que falta ao Brasil uma legislação mais rigorosa na preservação das riquezas biológicas e do conhecimento tradicional. "O Brasil tem uma legislação fraca na área de direitos de propriedade". Ele afirmou que as patentes não podem ser "roubativas" ou de frutos de apropriação. O pesquisador citou uma série de áreas em que as riquezas da Amazônia podem ser utilizadas: drogas antineoplásicas, matéria-prima para comércio, aromatizantes, vitaminas, antioxidantes, bioinseticidas seletivos, entre outros.

Segundo Spartaco, o centro de biotecnologia é um projeto capaz de gerar renda para todos os participantes por meio dos produtos comercializáveis. Ele disse que o centro deve ter uma rede de análise de biodiversidade, formado por pessoas detentoras do conhecimento tradicional. "A partir da coleta de amostras, o material deverá seguir para um sistema de testagem biológica, que vai produzir extratos".

O pesquisador revelou que os extratos deverão ser analisados por especialistas. "Mais de cem instituições se mostraram dispostas a participar do projeto". Spartaco informou que o centro de biotecnologia poderá criar um pólo biotecnológico em Manaus com a descoberta de novos conhecimentos.